

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 11

(Sem revisão final)

24 de janeiro de 2019

(17 h 14 m – 19 h 17 m)

Ordem do dia:

Audição do Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Santinho Pacheco (PS)

Leonel Costa (PSD)

João Vasconcelos (BE)

Álvaro Castello-Branco (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Srs. Deputados, vamos iniciar mais uma audição da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 14 minutos.

Connosco, hoje, temos o Sr. Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins, a quem começo por agradecer a disponibilidade.

Tendo presente que a presença do Sr. Coronel aqui se deve a um requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais, iniciaremos então a audição dando a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Faço apenas uma referência à circunstância de haver, previsivelmente, duas rondas de perguntas. A primeira terá até 8 minutos atribuídos a cada grupo parlamentar, sendo que o Sr. Coronel terá a amabilidade de responder diretamente.

A segunda ronda difere da primeira apenas em duas circunstâncias, no tempo, que são apenas 5 minutos, e no facto de todos os grupos parlamentares fazerem sucessivamente as suas perguntas e só no final o Sr. Coronel ter a amabilidade de responder.

Sem mais delongas, daria então a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mais concretamente ao Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista começo por saudar o Sr. Coronel Leonel José Mendes Martins, agradecendo-lhe a sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e dizendo-lhe que é, para mim, um privilégio poder estar na frente de um militar das Forças Armadas portuguesas, porquanto,

para azar meu, sou, certamente, o único que aqui está que era oficial miliciano em 1974 e que cumpria o seu serviço militar em Angola.

Quero dizer aquilo que digo sempre: muitos dos valores que me acompanharam pela vida aprendi-os no serviço militar, de maneira que tenho uma grande honra de ter pertencido à família militar, ainda como oficial miliciano, durante o tempo em que prestei serviço, primeiro aqui, na Escola Prática de Infantaria, e mais tarde no Centro de Instrução de Comandos em Luanda. Por isso, as minhas saudações Sr. Coronel.

Iria entrar nas questões desta Comissão de Inquérito e começava por lhe pedir para nos descrever o seu percurso militar até assumir, em outubro de 2018, o atual cargo do comandante do Regimento de Engenharia n.º 1.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins** (Comandante da Escola Prática de Engenharia e Regimento de Engenharia n.º 1 desde outubro de 2018): — Boa tarde Srs. Deputados, Sr. Deputado Santinho Pacheco, obrigado pelas suas palavras.

Antes de falar sobre o meu percurso profissional, aproveito para mostrar a minha disponibilidade para aqui estar e procurar também clarificar, naquilo que está ao meu alcance, as vossas questões.

Relativamente ao meu percurso profissional, entrei na Academia Militar em 1985, no curso de Engenharia Militar. Assim que me formei na Academia Militar, fui colocado na Escola Prática de Engenharia, em Tancos, onde estive como subalterno e como capitão. Depois, ainda como capitão, passei pelo campo militar de Santa Margarida.

Já como major, e no final de concluir o meu curso de Estado-Maior, estive a desempenhar funções no Estado-Maior do Exército e, de seguida, fui colocado na Academia Militar, como professor.

Fui professor na escola da NATO (*North Atlantic Treaty Organization*), na Alemanha, e regressei a Tancos como segundo

comandante da Escola Prática de Engenharia. Também fui segundo comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha.

De seguida, fui colocado no então Instituto de Estudos Superiores Militares, agora Instituto Universitário Militar. Após as funções que lá desempenhei como docente militar, tomei posse, em outubro, como comandante do Regimento de Engenharia n.º 1.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, gostava de lhe perguntar: ao tomar posse, que Regimento encontrou? Acha que o Regimento de Engenharia n.º 1 ficou muito marcado pelos acontecimentos dos paióis de Tancos?

A moral dos militares foi afetada? Houve transferências de pessoal que estaria de serviço no dia 28 de junho?

Por exemplo, o oficial de dia, desse dia 28 de junho, manteve-se no Regimento? Foi transferido?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, o oficial de dia que estava nesse dia já não está no Regimento, já não o encontrei. Quando tomei posse já não estava no Regimento.

Tomei posse já após 1 ano e alguma coisa dos acontecimentos, portanto, de certa forma, o impacto foi diluído ao longo do tempo, as coisas que aconteceram foram diluídas ao longo do tempo. Não lhe consigo precisar se havia ainda algum impacto, porque não o notei. Não o notei, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas encontrou um Regimento marcado por esse facto? Ou tudo já tinha sido ultrapassado?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Julgo que as coisas estão ultrapassadas, aliás, têm de estar. É natural que haja ainda um

sentimento relativamente ao assunto, porque aquilo que aconteceu marca, de certa forma, também, as pessoas. E o facto de se falar — e de se falar bastante — recorda sempre aquilo que aconteceu. Mas julgo que tem havido alguma serenidade em conseguir viver o dia a dia, apesar desse facto. Julgo que se consegue ultrapassar, apesar de se ouvir, no dia a dia, e vem muitas vezes nas notícias, praticamente diariamente, alguma coisa relativamente àquilo que aconteceu. Tem havido a serenidade suficiente para conseguirmos cumprir as nossas missões, independentemente daquilo que aconteceu.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, qual é a sua leitura pessoal desse incidente?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, não devia ter acontecido, mas infelizmente aconteceu. É isto que lhe posso dizer.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas, à luz do que conhece, como é que pode ter acontecido um furto de material numa infraestrutura militar tão importante como eram os Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, já foi dita muita coisa sobre isso.

Aconteceu. É aquilo que lhe digo, infelizmente aconteceu. Houve fatores que concorreram, provavelmente, para isso, não lhe consigo precisar exatamente o quê, mas o sentimento é esse. Portanto, foi grave mas, infelizmente, aconteceu.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, acha que foi mera coincidência o facto de o furto ter acontecido nos paióis 14 e 15, que estavam

ao serviço do Regimento de Engenharia, num dos dias em que a segurança competia, precisamente, a esse Regimento?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não sei responder a essa questão, porque não estou do lado de quem planeou, quem pensou ou quem fez. Porque é que foram aqueles paióis e não foram outros, não consigo...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — É muita coincidência junta...

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Pode ser e pode não ser. Portanto, aqueles paióis também estão num extremo das instalações do próprio Paiol Nacional de Tancos, mas sobre isso é muito difícil estar aqui a levantar alguma ideia sobre porque é que foram aqueles e não foram outros.

Não lhe consigo responder.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, da sua experiência militar, entende que a rotina dos serviços afeta ou não o grau de alerta dos operacionais?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Podia repetir, se faz favor? Perdi-me.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Perguntava se acha que a rotina, na execução de uma determinada missão, quebra um pouco o estado de alerta dos operacionais.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não deve acontecer. Não deve acontecer e, aliás, quem está de serviço tem a responsabilidade de ter atenção e de estar alerta.

A rotina não deve ser um impedimento disso, nem, eventualmente, a descontração. Não deve acontecer.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sabe como eram geridas as 24 horas de serviço dos oito homens destacados para a segurança dos paióis?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não lhe sei responder.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas não há dúvida nenhuma de que a missão de segurança nos paióis cabia a quatro Unidades do Exército português?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sim, sei que havia uma rotação das Unidades do polígono para a segurança dos paióis.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — É correto dizer que, para cumprir essa missão, eram indicados os efetivos necessários dentro das disponibilidades das Unidades, mas eram sempre adequados ao êxito da missão?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Julgo que esse ponto de qual seria o efetivo adequado para o cumprimento da missão foi ponderado. Desconheço, exatamente, o que é que esteve ou qual foi o racional usado para esse efetivo ou que constrangimentos ou que limitações existiram exatamente, para esse efetivo. Portanto, entendo que, na altura, foi,

provavelmente, o efetivo que, após análise e após ponderação, acabou por ser o indicado. Não estou dentro do assunto para lhe dizer se era ou não o adequado, se era o certo, ou que outros fatores estavam relacionados com esta decisão do efetivo que desempenhava funções naquela altura.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — A segurança às instalações dos atuais paióis de Tancos continua a manter alguma força de vigilância àquele perímetro militar?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Continua a haver segurança no perímetro militar e nos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — De que tipo é? E com que número de efetivos é feita?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Os Paióis Nacionais de Tancos foram esvaziados daquilo que estava no seu interior, que foi transferido para outros locais, e, neste momento, há uma segurança relativamente às instalações.

Neste momento o efetivo é composto por um sargento e dois praças que tomam conta das instalações.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Durante 24 horas?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Durante 24 horas.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — A mudança operada na missão de segurança aos paióis de Tancos em 2007 foi consequência de quê? Fim do serviço militar obrigatório, falta de efetivos, profissionalização das Forças

Armadas? O que é que levou a essa alteração quando antes se falava num pelotão com 44 efetivos, comandados por um oficial, dedicados — dedicados, mas não empenhados — à segurança dos paióis?

Sr. Coronel, primeiro esclareça-nos lá: qual é a diferença entre esta terminologia militar: «dedicados, mas não empenhados»?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Desconheço, exatamente, qual foi a decisão da redução, de 2007, não sei o que esteve na base. Mas quanto à questão de dedicados e empenhados, há aqueles diretamente responsáveis pelo serviço e uma força, eventualmente, de intervenção que pode reforçar aquela força. Portanto eles estão atribuídos com aquela função, não diretamente empenhados no serviço.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Tentarei explicar-me, para ver se obtenho a sua opinião sobre este assunto.

Esse destacamento, de 44 efetivos, era atribuído à Escola Prática de Engenharia, localizada em Tancos, mas há uma confusão no despacho do Sr. Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército. Falava-se também na Direção do Serviço Material. Estamos em 1987 e isto origina, desde esta altura, uma colisão de responsabilidades.

É normal haver esse conflito de despachos do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, uma vez atribuindo esses efetivos a uma Unidade e outras vezes atribuindo-os a outra?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não deve haver conflito nem confusão nos despachos.

O Sr. Deputado está a falar de um período em que eu ainda era aluno da Academia. Depois, no início da década de 90, apanhei uma situação em que era exatamente o funcionamento. Mas, nessa época, a responsabilidade

do serviço nos paióis estava claramente definida e atribuída à Escola Prática de Engenharia.

Portanto, não entendi — mas esta é a visão de quem está a fazer o serviço — que houvesse um conflito.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Tem toda a razão, Sr. Coronel, mas já em 2001 — veja! — a Escola Prática de Engenharia se queixava à Inspeção-Geral do Exército por não lhe ter sido colocado o efetivo que fora decidido em 1988. Isto é, tinham ficado comprometidos em colocar os tais 44 homens no Regimento de Engenharia n.º 1 mas eles nunca lá foram colocados, daí a Escola Prática de Engenharia queixar-se à Inspeção-Geral do Exército.

No relatório da posse de Comando da Escola Prática de Engenharia, em 2005, é salientada a inexistência dos efetivos decididos superiormente e dito que tinha de ser empenhado outro pessoal da Escola para a missão de segurança de Tancos.

Como vê, isto é extremamente revelador de que aquele despacho do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, quanto aos 44 efetivos, nunca foi cumprido.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — É um facto, Sr. Deputado, não consigo perceber porque é que era assim. É um facto.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas isso permite-nos chegar a esta conclusão: quando, em 2007, o Comando das Forças Terrestres (CFT) alterou a força de segurança de Tancos para uma secção de oito homens — um sargento, um cabo e seis soldados — estava apenas a pôr numa NEP (norma de execução permanente) a realidade que, na prática, sempre existiu.

Não concorda, Sr. Coronel?

Pausa.

Se os 44 nunca foram colocados... oito a multiplicar por quatro dá 32!

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Com certeza que houve um estudo, na altura, que chegou à conclusão de que o serviço seria adequado para aquele quantitativo. Mas desconheço o racional que esteve por detrás dessa conclusão e não lhe consigo pormenorizar com detalhe se a decisão é assim, porque, pelo histórico, se chegava a essa conclusão.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Em relação ao SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica), videovigilância desativada ou obsoleta, não importa, porque não terão sido os paióis de Tancos uma prioridade quando se instalaram estes meios em quartéis militares ou unidades militares?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não sei porque não foi prioridade nos tempos recentes, mas na década de 90 funcionou um sistema de deteção e um sistema de videovigilância.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Já desde 2012 que estava obsoleto e desativado.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não acompanhei o processo, desconheço as prioridades definidas e desconheço porque é que os paióis não foram uma prioridade.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Até porque houve dinheiro para obras e investimento nas Unidades que operavam a segurança dos paióis de Tancos. Foram remodeladas coberturas de amianto, foram remodeladas instalações, de maneira que dinheiro parece ter havido.

Quem define as prioridades ao nível do Exército para a realização de obras ou de investimentos?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, há, com certeza, um levantamento de necessidades, que são submetidas superiormente, e depois, eventualmente, isso será analisado para se definirem as prioridades. Porém, não tenho presentes os critérios que estão na base da definição dessas prioridades e qual o caráter de urgência que pode influenciá-las.

Não estou perante esses dados para conseguir responder como é que serão definidas as prioridades ou quais são elas exatamente. Só quem tem a função de analisar as necessidades das Unidades e de confrontá-las com os recursos financeiros, até com base num critério, poderá ter uma ideia muito mais clara de quais são as prioridades. Eu não lhe consigo responder.

Ao meu nível, levanto as minhas necessidades e, para mim, são prioridades. As minhas necessidades, para mim, são prioridades e entendo que as devem satisfazer, mas depois pode não ser exatamente assim.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — O certo é que não se dava prioridade e, quanto a mim, isso é uma confirmação de que os paióis eram vistos como um não-problema, uma missão de baixo grau de ameaça. Não concorda comigo?!

Se fosse ao contrário, a prioridade teria sido outra, não é!?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — É possível, Sr. Deputado. Se, realmente, o critério e o entendimento tivesse sido de outra forma e se tivesse sido dada prioridade aos paióis, é natural que sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Considera normal os comandantes das Unidades com responsabilidade na segurança do perímetro dos paióis terem sabido do furto pela comunicação social?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — O que sei é, também, aquilo que ouvi na comunicação social, portanto, de certa forma, também estou a comentar algo que foi comentado. Não lhe sei responder.

Num caso destes, o normal é as chefias diretas serem informadas, mas desconheço o fluxo descendente, pelo que não consigo responder exatamente como é que isso será feito. Mas a prioridade é informar imediatamente o escalão superior direto.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, poderia traduzir-nos para uma linguagem civil como interpretar o facto de ter havido vários comandantes de Unidades que tinham a seu cargo a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos e que nunca visitaram, sequer, essa infraestrutura?

Qual o sinal que esse facto transmite ao pessoal sob o seu comando?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, desconheço essa evidência de nunca terem visitado a infraestrutura.

Em meu entendimento, não sendo por vezes fácil, devo ter uma noção das áreas e das instalações sobre as quais tenho responsabilidade direta ou onde tenho o meu pessoal a trabalhar e, portanto, neste aspeto só lhe consigo dar a minha visão, não consigo responder exatamente sobre essa situação.

O meu entendimento é o de que devo ter uma noção o mais detalhada possível daquilo que são os edifícios, as instalações à minha guarda, as áreas sobre as quais tenho responsabilidade e, eventualmente, sendo possível, até dos locais onde tenho o meu pessoal destacado.

Este é o meu entendimento relativamente ao assunto. Não lhe consigo responder quanto a outros casos, porque também os desconheço.

O Sr. **Santinho Pacheco (PS)**: — Sr. Coronel, quem determina o nível de ameaça de instalações militares?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não é a minha Unidade. Isso é algo que é feito a nível superior e que é comunicado.

O Sr. **Santinho Pacheco (PS)**: — Na sua opinião, perante os factos conhecidos, algum dia este furto pôs em causa a segurança nacional?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — A resposta a isso não é fácil porque, relativamente à segurança nacional, há muitos fatores que devemos ponderar.

Não consigo dar uma resposta clara sobre se põe em questão, ou não, a segurança nacional porque não domino os dados. Não sei quem fez o furto, o que é que foi feito com o material do furto, quais as ligações e, portanto, tenho alguma dificuldade em caracterizar qual era a capacidade de utilizar determinado material ou qual a intenção de o utilizar para poder falar de um risco à segurança nacional.

Só analisando muitos elementos, que não tenho na minha posse e que desconheço, poderia conseguir dizer objetivamente se colocou em risco a segurança nacional.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Muito obrigado, Sr. Coronel.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel. O Sr. Deputado tirou-me as palavras da boca, embora já tivesse esgotado os 8 minutos que lhe estavam atribuídos.

Dando sequência à primeira ronda, cabe agora a palavra ao Sr. Deputado Leonel Costa, pelo Grupo Parlamentar do PSD, nos mesmos termos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD cumprimento, naturalmente, o Sr. Coronel.

Mesmo não tendo sido chamado por nós, agradeço-lhe a disponibilidade que manifestou em ter vindo cá e a que está a manifestar neste momento ao esclarecer as nossas questões, embora com as naturais condicionantes que tem pelo facto de só ter exercido o seu comando, o qual exerce ainda hoje, após a ocorrência destes factos.

Em todas as audições que temos realizado no âmbito desta Comissão, o Grupo Parlamentar do PSD faz por deixar bem claros os objetivos que tem, porque entende que a imagem das nossas Forças Armadas foi demasiadamente lesada não só internamente, aos olhos dos portugueses, mas também externamente, aos olhos dos nossos parceiros. Isto tudo, na nossa opinião, fruto da inabilidade política do atual Governo em lidar com esta situação.

Por isso, o nosso objetivo é o de ajudar a recuperar o prestígio das nossas Forças Armadas, mas, no seguimento das respostas que nos vão sendo dadas pelos militares que vamos ouvindo, sempre atentos a algumas falhas procedimentais sistémicas com o objetivo de as corrigir e melhorar, para evitar que surjam episódios como este.

As nossas questões, no âmbito desta Comissão de Inquérito, surgem muito nesta sequência.

Antes de colocar algumas questões que já tinha preparado, no seguimento das respostas que deu ao meu colega Santinho Pacheco, gostaria que me esclarecesse o seguinte: disse que o oficial de dia que estava em exercício no dia em que ocorreu o furto já não está, atualmente, no Regimento. Sabe onde é que ele está e porque é que saiu?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sei onde está. Foi colocado noutra Unidade. É um procedimento normal, quando um militar é punido numa determinada Unidade, posteriormente, é transferido para outra Unidade. É o procedimento que normalmente acontece.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Foi punido?!

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não sei exatamente em que período foi transferido para essa Unidade, porque eu não estava. Não lhe sei precisar isso. A sua transferência pode até ter coincidido com o regresso à guarnição mais próxima da sua morada.

Desconheço, no concreto, a altura em que ele foi transferido, qual foi a primeira razão para essa transferência, mas sei que neste momento não desempenha funções no Regimento de Engenharia n.º 1 e que foi transferido para outra Unidade.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Podemos então concluir, do que acabou de dizer, que esta transferência decorreu como consequência destes factos?!

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não sei precisar isso porque, como lhe disse, pode até ter coincidido, na altura, com um

deslocamento previsível para outra Unidade. Não lhe sei responder objetivamente.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Só coloquei essa questão — não quis pôr na sua boca palavras que não disse — porque afirmou ser procedimento normal, quando há uma punição no âmbito disciplinar militar, que isto ocorresse. Foi só por isso que lhe coloquei essa questão, para saber se, realmente, terá sido este facto que decisivamente contribuiu para esta transferência.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não sei. Não sei mesmo se foi exatamente isso que determinou a sua transferência, se coincidiu ou se foi outro facto que a determinou. Não lhe sei responder.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sabe qual é a patente atual? Sabe se foi eventualmente promovido?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não, não foi promovido ainda. Ainda não tem condições para a sua promoção.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Todos sabemos — já falámos aqui um bocadinho sobre isto — que estes factos de certeza abalaram muito os militares que compõem este Regimento.

Pergunto-lhe qual é o sentimento dos restantes militares face à atuação dos militares que estavam em exercício de funções no dia em que ocorreram estes factos. Quando os encontrou, qual era o estado psicológico, o estado de espírito deles face a esta situação? Ainda hoje, e à data em que tomou posse, sente ou sentiu alguma espécie de autocritica interna?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Já cheguei passado bastante tempo, ou algum tempo, desde os acontecimentos. Aquela que tem sido a atividade do próprio Regimento não dá azo... É que o Regimento tem atividade tanto no exterior... E uma atividade muito grande.

Portanto, a atividade do Regimento não dá azo para que, de certa forma, se pare para fazer alguma crítica ou para haver algum comentário sobre o que quer que seja. As minhas palavras têm sido: «A nossa missão é esta, a nossa atividade é esta e é cumprir a nossa missão». Portanto, há aspetos em que temos de levantar a cabeça e cumprir exatamente a nossa missão e as nossas atividades.

Não me parece, ou, pelo menos, não tenho essa perceção, que exista, de certa forma, ainda alguma... Quer dizer, existe, devido às próprias notícias e ao facto que referi de diariamente se falar neste assunto. Claro que isto é recordado todos os dias, mas o facto de também nos termos de focar naquela que é a nossa missão do dia a dia ultrapassa todo aquele sentimento ou ressentimento que possam existir.

Portanto, aquilo que é fundamental para mim é focarmo-nos exatamente no que é o dia a dia — e isso já chega — e conseguirmos com serenidade ultrapassar qualquer aspeto que ainda venha do passado.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Também concordo.

Relativamente a punições — já falámos do oficial de dia —, temos igualmente conhecimento de que a nível interno houve punições de um sargento e de um praça.

Pergunto-lhe se estes militares ainda estão atualmente a exercer funções no Regimento n.º 1.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — O praça está.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — E o sargento?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Foi transferido.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Foi transferido para onde? Sabe se foi na sequência destes factos?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não sei responder exatamente, mas foi transferido da Unidade.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — O praça presumo que não, mas o sargento teve alguma promoção?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não tenho a certeza, mas acho que não.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Já agora, só para esclarecer e para memória futura, sabe para que Unidade é que ele foi transferido?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Continua no Polígono de Tancos.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Esta questão ainda não foi colocada. Pode parecer um pouco redundante face ao nome da especialidade, mas, em concreto, não no exercício da segurança e da vigilância dos paióis de Tancos, o que faz o Regimento de Engenharia?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — O Regimento de Engenharia é uma unidade da engenharia militar. No Sistema de Forças

Nacional, dos dez encargos operacionais do sistema de forças ligados à engenharia militar, sete encargos operacionais estão no Regimento de Engenharia n.º 1.

O Regimento de Engenharia n.º 1 tem atividades operacionais em áreas que são, de certa forma, únicas no Exército, algumas delas únicas até no apoio do Exército ao País, que são as áreas ligadas à própria defesa nuclear, biológica e química, as áreas ligadas às pontes e as áreas ligadas — essas já relacionadas com outras Unidades de engenharia — ao próprio emprego da engenharia com meios pesados. Mas há aqui áreas únicas.

Outra área também única está ligada à inativação de engenhos explosivos, que é onde existem os únicos elementos de apoio em todo o território nacional.

Portanto, o Regimento tem uma atividade operacional muito grande, tendo, inclusivamente, no âmbito do apoio militar de emergência e no âmbito do apoio civil, uma prontidão anual, ou seja, o Regimento, todos os dias, tem elementos em prontidão para apoiar naquilo que for necessário.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sr. Coronel, pode dizer-se que é um Regimento mais técnico, mais especializado.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — É um Regimento especializado.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Espero não ser mal interpretado, mas a minha questão é esta: para estes militares que farão parte deste Regimento, com essa especialidade e com essas funções mais concretas e mais técnicas que nos referiu, até que ponto é que exercer tarefas de vigilância e de segurança de paíóis não poderá ser um pouco redundante, levando-os até a sentir que têm excesso de competências e de qualificações para essas tarefas?

Até que ponto é que isso pode levar a uma espécie de descontentamento, de desânimo e de natural negligência dessas tarefas?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não confirmo as palavras do Sr. Deputado.

Ao mesmo tempo que há uma especialização nas tarefas militares, a segurança também faz parte dessas tarefas, portanto não me parece que seja uma coisa que tenha de ser menosprezada. Ela tem de fazer parte das tarefas. Como fazem as outras, esta também tem de fazer parte das suas tarefas. Não tem de haver um entendimento de que o indivíduo, por ser um especialista em determinada área, não tenha de ter preocupações de segurança, porque elas são inerentes à própria função militar.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sem dúvida que todos damos por adquirido que um militar do Regimento de Engenharia está capacitado para este serviço. A minha questão é: se o entenderem como um serviço «menor», até que ponto poderiam negligenciar esta questão?

Mas, há bocado, pelo Sr. Deputado Santinho Pacheco foi-lhe colocada a questão de comandantes de Unidades que nunca visitaram os paióis. Pergunto-lhe se o Sr. Comandante, no seu caso, já fez uma visita aos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Já, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Mesmo que não haja lá nada?!

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Posso acrescentar, Sr. Deputado, que já fiz de oficial de dia quando era tenente e capitão. Aí, conhecia bem os paióis de Tancos, mas também neste momento os conheço.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — No sentido de perceber até que ponto este modelo de segurança adotado, de divisão da vigilância por quatro Unidades, não acha que quase se pode chegar à conclusão de que estes paióis e a sua segurança eram de quatro Unidades mas, ao fim e ao cabo, parece que não eram de ninguém? Será que este modelo não levava quase a um sentido de desresponsabilização de cada uma das quatro Unidades?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não vivi esse período e entendo que não deve ser assim, portanto, não sei. Não conheço o contexto em que era feito o serviço, não sei exatamente as dificuldades partilhadas ou aquilo que era vivido. Não lhe consigo dizer se isso era mau ou se era bom. Não lhe sei responder se isso era realmente motivo para as coisas correrem pior. A partir do momento em que são atribuídas e definidas as regras, depois é cumpri-las, mas não lhe sei responder exatamente se isso era motivador de menores cautelas.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — São, de facto, questões anteriores ao seu comando.

Puxando agora para a data do seu comando, já presumimos das respostas que foi dando que, neste momento, já não são guardadas armas nestes paióis. Queria, mesmo assim, perguntar-lhe quais são as atuais condições físicas dos paióis e de toda a zona envolvente, nomeadamente a nível de redes e de mato.

Aliás, os Deputados já fizeram uma visita e verificaram que agora o mato está, de facto, bem cortado, mas queria saber, à data da sua tomada de posse, que condições eram essas a nível físico.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Quando tomei posse, já tinha sido feito muito trabalho em termos da própria limpeza dos paióis. Limitei-me a continuar e a terminar trabalhos relativamente à limpeza dos paióis e ainda terminei pelo menos alguns trabalhos. Foi trabalho que já estava feito e que, pura e simplesmente, continuei.

Mas isso foi trabalho feito. Agora, há questões — e os Srs. Deputados na visita com certeza se aperceberam disso — que, naturalmente, ainda não foram resolvidas em relação à própria qualidade da vedação, porque os trabalhos iniciaram-se e interromperam-se com a construção de uma nova vedação nos próprios paióis. Portanto, isso é algo que ainda existe.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Apesar dessas melhorias que sucederam no pós-furto, penso que se pode concluir que os paióis não têm as condições mínimas de segurança para as armas.

Pergunto-lhe se conhece Santa Margarida, se as condições de segurança são, realmente, muito melhores, ou melhores, e como é que as classifica comparativamente com as de Tancos, uma vez que as armas foram transferidas de Tancos para Santa Margarida.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — As condições em Santa Margarida são melhores e estão a sofrer outras beneficiações com vista a melhorar ainda mais. Isso é evidente. As condições, neste momento, são melhores em Santa Margarida. Mas foi algo que até julho ter sido referido aos Srs. Deputados.

Uma parte do que estava em Tancos foi transferida para Santa Margarida, mas não foi exatamente tudo transferido para Santa Margarida. Foi apenas uma parte do que estava em Tancos que foi transferida para Santa Margarida. Outra parte foi transferida para outros paióis nacionais. Mas,

comparando, aquilo que existe em Santa Margarida é, naturalmente, melhor do que aquilo que existia em Tancos.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Então, neste momento, não se guarda nada em Tancos, certo?! É por isso que houve a redução do efetivo para um sargento e de dois praças?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Certo, Sr. Deputado, não está nada em Tancos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já concluiu os 8 minutos.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Sr. Deputado João Vasconcelos, tem a palavra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em nome do Bloco de Esquerda, queria cumprimentar o Sr. Coronel e agradecer as respostas que já foram dadas às perguntas colocadas anteriormente pelos Srs. Deputados.

A primeira questão que gostaria de colocar ao Sr. Coronel é a seguinte: considera que, face aos acontecimentos nos Paióis Nacionais de Tancos, o Exército foi abalado, foi descredibilizado ou nada disso se terá passado?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, não consigo responder pelo Exército, apesar de vestir esta farda e de ser um oficial do Exército, mas, julgo que não. Mas, que foi, de certa forma, um embaraço e era algo que não deveria ter acontecido, Sr. Deputado, isso confirmo e é a minha perspetiva.

Pelo Exército no seu conjunto, não lhe consigo responder, mas, numa realidade mais reduzida, que é a minha, isso, sim, considero que foi um abraçado, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quando o Sr. Coronel tomou posse do Regimento uns dias antes tinha acontecido o chamado achamento das armas de Tancos na Chamusca.

De acordo com notícias que vieram a público esse material de guerra foi encontrado, foi achado, foi recuperado, mas com uma caixa de material a mais.

Considera isto uma situação normal? O que é que terá acontecido para, efetivamente, ocorrer, de acordo com o que foi noticiado, o aparecimento de uma caixa a mais no material recuperado?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, desconheço todo o processo que levou ao achamento do material, mas o processo relativamente à caixa poderá estar numa falta ou num menor cuidado na verificação do material colocado no paiol, que pode ter levado a ter havido essa... Ou pode não estar de acordo exatamente com determinado material roubado...

Mas sobre o achamento e tudo o que com ele está relacionado, neste momento, não tenho dados concretos para lhe conseguir responder.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Numa audição que tivemos nesta Comissão de Inquérito, o Sr. Coronel João Manuel Pires, num documento que nos entregou, a dado passo, refere, e passo a citar: «O Regimento de Engenharia N.º1, em 2014 e 2015 e em coordenação com a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército desenvolveu, com recurso a equipamento pesado de engenharia, algumas ações no sentido de melhorar

as condições de segurança, em concreto relacionadas com a limpeza e desmatção da área dos paióis (...).».

Mas, como se sabe também, uns dias depois do furto, depois dos acontecimentos deslocaram-se aos Paióis Nacionais de Tancos, o anterior Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), o anterior Ministro da Defesa Nacional, o Sr. Presidente da República e foi-lhes transmitido pelo Sr. General Rovisco Duarte que sentiu vergonha pelo facto de os terrenos se encontrarem cheios de mato, etc.

O que pergunto ao Sr. Coronel é o seguinte: por que é que há esta diferença tão notória? Bom, em 2014 e 2015, não sabemos se se teriam desenvolvido essas ações de desmatção, mas o facto é que em 2017 isto não se terá verificado.

De facto, houve aqui algum relaxamento, alguma incúria por parte da Unidade que tinha a seu cargo esta responsabilidade? O que é que terá acontecido, efetivamente, para a situação não corresponder ao que o Sr. Coronel Pires aqui disse num documento que nos entregou?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, os Paióis Nacionais de Tancos são da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), que são os donos dos paióis, e, portanto, entendo que o Regimento, quando fazia esses trabalhos de desmatção, era em reposta a uma solicitação feita pela própria Unidade, que era a dona dos paióis, e era um apoio que o Regimento fazia.

Se houve esse pedido ou se não houve, em 2017, não lhe sei dizer, mas isso teria sido em resultado de uma solicitação feita pela Unidade, que era a dona dos paióis, para haver apoio com equipamento de engenharia para fazer a desmatção.

O que aconteceu ou não aconteceu, se houve ou não esse pedido, eu não lhe sei responder.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, ainda de acordo com alguns documentos que o seu colega nos entregou, temos um documento de 26 de agosto de 2015 do Chefe de Estado-Maior da Brigada de Reação Rápida onde se faz referência a um conjunto de lacunas, de deficiências existentes nos Paióis Nacionais de Tancos, nomeadamente, como já aqui foi falado: o sistema de sensores e de videovigilância que não funciona, já desde 2000, como sabemos; vegetação excessiva no interior do perímetro do paiol; grande número de lâmpadas fundidas no perímetro do paiol; vedação muito degradada em alguns pontos; falta de meios de comunicação entre a casa da guarda, os postos de sentinela e as rondas móveis; falta de comunicações de rede fixa, etc.

Temos um outro documento, datado de 11 de julho de 2016, onde é apontado um relatório sobre o mesmo assunto, mencionando que o sistema de sensores e de videovigilância não funciona; vegetação densa no interior do perímetro do paiol; vedação muito degradada; as torres de vigilância encontram-se num elevado estado de degradação; falta de meios, e este seria um documento a enviar ao Comando das Forças Terrestres.

O que lhe pergunto é: por que razão não se tomaram as medidas adequadas, tendo em conta que, pelo menos, nestes documentos que temos na nossa posse, era chamada a atenção para esta situação? Qual é a razão de, efetivamente, em junho 2017, os sistemas se encontrarem exatamente com todas essas lacunas, com todas essas deficiências, o que, à partida, terá facilitado o trabalho aos ladrões?

O Sr. Coronel tem alguma explicação plausível para esta situação?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, a única coisa que consigo dizer é que o levantamento dessas questões é pertinente e o facto de essas questões serem submetidas para o escalão

superior é o procedimento correto. Mas não lhe sei responder exatamente qual foi o despacho que essas questões mereceram e qual foi o entendimento que lhes foi dado.

Julgo que o procedimento está adequado, as questões têm de ser levantadas, tem de se encontrar forma de as corrigir, mas eu desconheço exatamente qual foi o resultado desse levantamento de necessidades e desse levantamento de inconformidades.

Não lhe sei responder sobre a que conclusão é que se chegou perante esses documentos. Desconheço o assunto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, o seu antecessor, que esteve ontem nesta Comissão de Inquérito, no seu relatório de posse de comando, datado de 4 de janeiro de 2017, no que concerne às instalações e infraestruturas dos Paióis Nacionais de Tancos, não faz qualquer referência a essas mesmas lacunas.

Sr. Coronel, afinal, o seu antecessor deveria ter mencionado estas lacunas? Deveria ter mencionado estas deficiências? Ou é normal que assim aconteça no chamado relatório de posse de comando?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, o meu antecessor fez, naturalmente, o relatório de tomada de posse de comando do Regimento de Engenharia n.º 1, mas os paióis não são uma Unidade do Regimento de Engenharia n.º 1, pelo que aspetos ligados ao Regimento não têm de ser, necessariamente, focados no relatório de posse de comando. Uma ou outra dificuldade no aspeto relativo ao serviço eventualmente, mas também não necessariamente.

Mas a questão é que os paióis não faziam, nem fazem, parte do Regimento de Engenharia n.º 1.

Portanto, penso que é normal que não haja uma referência no relatório de posse de comando a uma Unidade que não é nossa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mas o Sr. Coronel considera que foi e é normal apontar dados como, por exemplo, faltas críticas de pessoal e especialmente praças? Considera que isso é plausível de constar no relatório de posse de comando?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — É, Sr. Deputado, porque isso representa limitações para o cumprimento da nossa missão.

O facto de eu não ter o efetivo que é suposto ter representa limitações, portanto é normal eu referir isso, porque, a partir do momento em que me é atribuída uma missão, tenho de analisar aquela missão e perceber exatamente que recursos é que eu consigo alocar para cumprir aquela missão. Portanto, as dificuldades que eu encontro devo referi-las.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, atualmente, na Unidade que o senhor comanda, ainda existem essas faltas críticas de pessoal, como o seu antecessor disse?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, existem! O meu efetivo é um aspeto crítico.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Pode apontar, de forma um pouco mais pormenorizada, quais são essas faltas?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, em termos genéricos, neste momento, em termos de pessoal efetivo, tenho 50%

do que deveria ter, sendo mais crítica a situação de praças onde tenho entre 30 a 35% do que seria o efetivo que deveria ter.

Portanto, é crítica a questão de pessoal!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, como sabe, no seguimento dos acontecimentos de Tancos o anterior Chefe de Estado-Maior do Exército, o General Rovisco Duarte, chegou a dizer que as responsabilidades eram todas militares, que o que aconteceu tinha a ver com erros estruturais e sistémicos, que houve cumplicidade interna, que houve desleixo e falta de supervisão e que o roubo não se deveu a falta de efetivos.

O Sr. Coronel concorda com estas afirmações? Sim ou não? E porquê?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, não conheço os dados para ser objetivo e para dar uma resposta sim, ou para dar uma resposta não, ou para ficar pelo meio...

Não conheço exatamente a situação na altura, e não tenho presente, neste momento, dados que me levem a dar uma resposta no sentido de que existiam efetivos que... Eu desconheço, neste momento, dados relativamente ao efetivo e até ao material, portanto não consigo colocar-me numa resposta que seja objetiva pelo sim, ou pelo não, ou intermédia. Não lhe consigo dizer.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, o anterior General Chefe de Estado-Maior do Exército exonerou cinco comandantes e voltou a renomeá-los alguns dias depois. É normal isso acontecer no Exército? Exoneração e renomeação passados uns dias? Isto é frequente? Ou ter-se-á tratado de um caso, de certa maneira, inédito? O Sr. Coronel tem conhecimento de casos semelhantes que se tenham passado no Exército?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, não me estou a lembrar de uma situação semelhante a esta, até porque este é o caso mais recente em que a memória consegue lá ir... Não me estou a lembrar de um caso semelhante, mas não lhe consigo responder.

Mas também desconheço exatamente o que foi conversado com os comandantes, o que foi dito, não sei exatamente o que aconteceu em discussão com o General Chefe na altura e, por isso, nem sequer consigo dizer se é uma situação adequada, não adequada, normal ou não normal. Não lhe sei responder. Não me lembro de um caso semelhante, mas pode ter acontecido. O facto de não me lembrar, não significa que não tenha acontecido

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que se terá tratado de uma estratégia de comunicação externa para aclamar a opinião pública ou que se teria de agir dessa forma para que o processo e as averiguações decorressem com transparência e com imparcialidade? Qual é a sua opinião? Que comentários tem o Sr. Coronel a fazer?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Julgo que a averiguação deve ser um critério fundamental para haver transparência e o processo ser célere, até para se apurarem os resultados rapidamente.

Se o critério foi realmente esse ou se a decisão foi essa, não tenho dados que me permitam avaliar se essa foi realmente a base para que se consiga esse resultado de uma maior transparência e celeridade em todo este processo.

Não sei exatamente tudo aquilo que apoia a decisão, mas concordo que a transparência a celeridade devem ser características de um processo destes.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No decorrer destas decisões do ex-CEME, o Sr. Coronel sentiu alguma vez algum mal-estar, alguma insatisfação, algum sentimento de injustiça, perante estas decisões do General Rovisco Duarte.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Na altura dos acontecimentos eu não estava no Exército, estava fora do ramo, portanto, não partilhei o dia a dia com os meus camaradas relativamente a este assunto.

O que ia vivendo, ia ouvindo nas notícias. Não vivi com pessoas diretamente implicadas ou envolvidas no assunto e, portanto, não tenho a noção do que era o verdadeiro sentimento, até porque estava fora. Por isso, não sei, exatamente, se a situação criou um mal-estar.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, no mesmos termos.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS): — Sr. Presidente, gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Coronel Mendes Martins e agradecer-lhe, não só a presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, como os esclarecimentos que já nos deu nas rondas anteriores à esta minha intervenção.

Começaria por dizer-lhe, Sr. Coronel, que o CDS não percebe muito bem as razões pelas quais o Grupo Parlamentar do Partido Socialista decidiu convocar a sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nem como é que ela se enquadra no objeto desta mesma Comissão, que, como o Sr. Coronel deve saber, são as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos.

Até pelo que sabemos, e o Sr. Coronel já confirmou aqui isso mesmo, desempenhava funções, à época do incidente de Tancos, no Instituto

Universitário Militar e penso que também na Academia militar, pelo que nos parece ter estado bem longe dos acontecimentos ocorridos antes e depois dessa data.

Em todo o caso, Sr. Coronel, não vamos desperdiçar a oportunidade e o gosto de poder ouvir uma voz com a do Sr. Coronel, que é importante e credível, sobre este processo e, por isso mesmo, com esse princípio, gostaríamos de também lhe deixar um conjunto de perguntas.

A primeira pergunta que gostaria de lhe deixar tem a ver com uma questão que o Sr. Deputado que me antecedeu, do Bloco de Esquerda, já referiu e que diz respeito à elaboração do seu relatório de posse de comando, penso que em outubro último, se não me falha a memória.

Pergunto-lhe, concretamente, que informações lhe foram transmitidas, antes de tomar posse como comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, pelo seu antecessor, o Sr. Coronel João Paulo de Almeida, no que diz respeito à situação dos Paióis Nacionais de Tancos e, também, no que respeita, ao cumprimento da missão de segurança aos Paióis Nacionais de Tancos, que, tanto quanto sabemos, continua a ser efetuada atualmente, e à prontidão do efetivo do Regimento de Engenharia n.º 1.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Naturalmente, houve uma conversa com o meu antecessor, antes da minha tomada de posse.

Os assuntos que me foram passados foram sobre o que tinha acontecido, não com muito pormenor, porque havia muitos outros assuntos que até eram mais prementes para a altura em que ia tomar posse e que eram mais importantes, em outubro, e que tinham a ver, com aquilo que a Unidade estava a fazer.

Portanto, houve uma conversa sobre todas essas questões relacionadas com a atividade, mas também conversámos relativamente aos acontecimentos de 2017.

Pausa.

Julgo que respondi à sua pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS): — Sim, muito obrigado. Estava só a ver se o Sr. Presidente teria de me dar a palavra ou se posso continuar.

O Sr. **Presidente**: — Como referi, Sr. Deputado, poderá colocar as suas perguntas nos mesmos termos que os Deputados que o antecederam.

Em princípio só intervirei para o alertar que já terão decorrido os oito minutos.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS): — Respondeu, sim Sr. Coronel.

Gostaria de lhe perguntar, também, que referência decidiu incluir no relatório de posse de comando que foi elaborado pelo Sr. Coronel, relativamente à situação do Paióis Nacionais de Tancos e à missão a cumprir pelo efetivo do Regimento de Engenharia n.º 1?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Como tinha dito há pouco, os Paióis Nacionais de Tancos não são da minha Unidade, mas como tenho dois paióis e dois paiolins ainda nos Paióis Nacionais de Tancos, esses tenho de os referir, assim como a situação em que eles estão.

Na altura em que tomei posse, a minha Unidade não estava a desempenhar, a fazer o serviço nos paióis e, portanto, não havia ainda aspetos que, em concreto, eu conhecesse sobre a situação deste serviço nos

paióis. Portanto, não há uma referência explícita aos serviços nos Paióis Nacionais de Tancos.

Há uma e é a única que é explícita, e é porque estão à minha responsabilidade dois paióis e dois paiolins nos Paióis Nacionais de Tancos. Essa é a única referência que tenho no meu relatório de posse de comando.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS): — E foi-lhe feita alguma referência à operação designada como Operação Troia?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS): — Tem conhecimento de ter havido alguma falha de correspondência entre o material armazenado em Tancos e o transferido ou distribuído por várias instalações militares e o inventário?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não tenho conhecimento.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS): — O Sr. Coronel referiu, há pouco, Santa Margarida. Os paióis e os paiolins do Regimento de Engenharia n.º 1 encontram-se todos em Santa Margarida?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — O material está em St.^a Margarida, todo.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS): — E que normativos referentes às regras de empenhamento e postura, orientada para a missão dos militares

no desempenho das tarefas operacionais em missões de proteção dentro de infraestruturas militares, existem, hoje, no Regimento de Engenharia n.º 1?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Existem os procedimentos, portanto, as normas de execução permanente relativamente ao Regimento de Engenharia n.º 1, que são atualizadas e, portanto, não são mudadas pelo facto de mudar o comandante.

Elas são atualizadas, não tendo em atenção as pessoas, mas tendo em atenção uma ou outra situação que obrigue a tal e que seja diferente. Mas não significa que a chegada de um comandante mude todos os procedimentos. Há procedimentos que se mantêm. As próprias normas de execução permanente, as NEP, são documentos dinâmicos, portanto elas são atualizadas consoante as situações e consoante determinados acontecimentos que obrigam a essa atualização. Mas é um documento dinâmico, ele não desaparece ou não aparece. É atualizado e isso é o que é feito. Não são todos atualizados, mas vão sendo documentos atualizados conforme novas indicações ou novas orientações.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS): — É o Sr. Coronel quem transmite orientações específicas sobre os procedimentos de segurança a adotar em Tancos?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sou eu. Sou a última pessoa a definir essas orientações, mas não o faço sozinho. Tenho o meu Estado-Maior que me aconselha nesse sentido, que me propõe, que me ajusta e que me aconselha, e eu tomo a decisão final. Portanto, a última palavra é a minha, mas não o faço sozinho. Faço-o, tendo em atenção aquilo que é o trabalho do meu Estado-Maior.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS): — Sr. Coronel, ao fim de seis audições realizadas e face àquilo que nos foi dito por camaradas de armas seus, continuamos com dúvidas acerca das condições estruturais, não conjunturais, do Paióis Nacionais de Tancos. Porque aquilo que nos foi dito numa dessas audições foi que os Paióis Nacionais de Tancos haviam sido construídos de raiz e que, tecnicamente, eram excelentes.

Que avaliação faz, se é que a tem, sobre as instalações e as condições técnicas dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Os Paióis Nacionais de Tancos são uma área considerável e com capacidade de armazenagem superior a todos os outros paióis existentes na altura. Portanto, isso, já por si, é algo que é melhor, comparativamente a outros, em termos de própria área de armazenagem.

Na verdade, quando os Paióis Nacionais de Tancos foram feitos, na década de noventa, havia sistemas que foram instalados que eram de vanguarda. A conceção que está nestes paióis torna-os numa estrutura que é uma estrutura válida.

Depois o resto, nesta situação, há aspetos que são as próprias lacunas dos paióis, daí que eles, neste momento, em termos daquela que é a sua função primária de armazenagem de armamento e de material explosivo, não estejam a cumprir, por razões que se prendem exatamente por as próprias instalações não garantirem todas aquelas condições que deviam garantir. Mas o que está na base, na conceção da própria estrutura, julgo que era uma infraestrutura válida no Exército.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Então, poderei inferir das suas palavras que, não fosse o caso das insuficiências que existiam na vedação de Tancos e não fosse o caso da inexistência de videovigilância, os

Paióis Nacionais de Tancos, do ponto de vista das suas condições técnicas, eram os melhores que nós tínhamos.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Os Paióis Nacionais de Tancos até estavam, naquele momento, a ter obras de remodelação com vista à sua beneficiação e para criar essas condições.

Sim, o Paióis Nacionais de Tancos eram uma infraestrutura com capacidades.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Coronel, e que mais-valia reconhece a outras instituições militares, como Santa Margarida, Marco do Grilo, em termos comparados com as instalações dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Eu não conheço as outras instalações militares, tanto da Força Área como da Marinha, só conheço o Campo Militar de Santa Margarida e os paióis no campo militar de Santa Margarida.

Neste momento, há beneficiações e há uma estrutura de segurança montada no campo militar de Santa Margarida, que o tornam melhor ou garantem melhores condições que aquelas que estavam presentes que estavam em Tancos.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Perante tudo aquilo que disse, parece-lhe que o esvaziamento dos Paióis Nacionais de Tancos era uma inevitabilidade?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não lhe sei responder a isso porque desconheço exatamente o que está depois e o que levou à decisão para o esvaziamento. Não lhe sei responder.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Mas se o investimento que foi feito em Santa Margarida tivesse sido feito em Tancos poderemos concluir que seria seguro.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — É possível, se houvesse ou se o investimento continuar. É possível que sim, mas não sei responder, porque também não fiz, nem conheço a avaliação que foi feita do que é o investimento total nos Paióis Nacionais de Tancos ou, até, comparado com Santa Margarida.

Não lhe consigo dizer, mas já há estes dois pontos. Não sei, com precisão, responder.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Pois, Sr. Coronel, era mesmo sobre isso que ia falar agora a seguir.

Fiz-lhe estas perguntas porque sabemos que o esvaziamento dos Paióis Nacionais de Tancos e os investimentos em Santa Margarida e numa série de Unidades, estabelecimentos e órgãos por todo o País, a divisão de normativos e a implementação de procedimentos relacionados com a segurança tiveram um custo — e que foi pago agora — de 4,3 milhões de euros.

Aquilo que gostaria que nos ajudasse a perceber, mesmo não sendo, obviamente, da sua responsabilidade, é a racionalidade financeira e técnica desta opção. O que é que entende sobre isso?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não conheço os dados para lhe responder. Não conheço exatamente o que foi ponderado, as modalidades que foram levantadas. Não lhe sei responder, Sr. Deputado.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Tanto quanto temos conhecimento, o investimento necessário em Tancos para que se tornasse efetivamente seguro seria na ordem dos 300 000 € para a vedação e para tornar a ativar o sistema de videovigilância. Ou seja, para pôr a funcionar o sistema de videovigilância e para reparar ou substituir a vedação, o investimento previsto em Tancos seria de 300 000 €

Mas, tanto quanto sabemos, houve um custo de 4,3 milhões de euros para transferir todo o armamento dos Paióis Nacionais de Tancos para Santa Margarida e para outros locais não só do Exército, porque, inclusivamente foi também da Marinha.

Pergunto ao Sr. Coronel se nos pode falar sobre a racionalidade financeira e técnica desta opção entre gastar 300 000 € em Tancos e 4,3 milhões noutras instalações para fazer a transferência de todo o armamento que estava nos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, não conheço os dados todos para dizer que um levantamento dá 300 000 € — palavras do Sr. Deputado — e ou outro dá os 4 milhões. Não conheço o que está por detrás da decisão, desconheço o que está por detrás do levantamento das necessidades e das soluções. Não lhe sei responder, Sr. Deputado.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Com certeza, Sr. Coronel.

Estava a referir-lhe dados que temos, nomeadamente as três intervenções nas infraestruturas em Santa Margarida que foram concluídas

em 2017. Segundo as informações prestadas pelo anterior Ministro da Defesa, essas intervenções fizeram-se, por exemplo, por um valor global de cerca de 922 000 €, muito superior àquilo que seria necessário para manter o sistema em Tancos com a segurança que deveria ter existido.

Portanto, o Sr. Coronel não me consegue dizer se seria melhor ter melhorado, passo a repetição, ou se seria melhor ter criado condições em Tancos para aí continuar o armamento ou se a opção de retirar tudo dos Paíóis Nacionais de Tancos, do ponto de vista — já não vou dizer da racionalidade financeira, mas o Sr. Coronel é um Coronel de Engenharia, é engenheiro, sabe isto mais do que eu, seguramente — técnico foi a mais acertada?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não lhe sei responder, porque desconheço os dados exatamente que estão no levantamento das necessidades. Muitas vezes, uma obra não significa só remodelar. Muitas vezes, significa reparar ou quase construir de raiz.

Portanto, não sei exatamente o que está por detrás do levantamento, de toda a estimativa que foi feita e de todo o projeto que foi feito relativamente a um caso e a outro. Seria claramente estar a especular sobre um assunto em que desconheço os dados daquilo que foi pensado e decidido na altura.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Para terminar, assim dita o tempo, concludo com uma pergunta, fazendo, primeiro, a nossa análise da questão.

Entendemos que esta decisão que foi tomada de o material sair de Tancos e ir para outras instalações, apesar de ter sido bastante mais caro, bastante mais custoso ao Orçamento do Estado e, assim, ao bolso dos contribuintes foi uma mera decisão política e não uma decisão que teve por

base uma questão técnica ou uma questão de racionalidade financeira. Logo, foi uma decisão meramente política na tentativa de o Governo limpar a face perante aquilo que aconteceu e de o próprio Exército também limpar a face relativamente a essa questão.

Terminaria, perguntando ao Sr. Coronel se, depois de me dizer que não sabia se era técnica ou financeiramente viável, entende que, efetivamente, foi uma decisão política ou se foi uma decisão técnica tomada pelo Exército.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não lhe sei responder, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir a primeira ronda de perguntas, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Machado, não sem antes convidar o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Deputado José de Matos Rosa, para me substituir.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Coronel, só um aparte: salvo erro, os 4 milhões de euros gastos na melhoria das condições de segurança foram não apenas para acomodar o material militar que veio de Tancos. Isto é, houve uma instrução política para reforçar as condições de segurança quer em Santa Margarida, quer nos paióis da Armada. Portanto, o investimento não foi assim linear.

Também manifestamos aqui as nossas dúvidas relativamente a esta matéria. Se o problema do Paiol Nacional de Tancos fossem 300 000 €, acho que estaríamos todos bem mais satisfeitos, mas parece-me que o problema

era bem mais grave do que isso. 300 000 € não é um investimento que fosse tão difícil de concretizar, mas isto ultrapassa o seu mandato!

O Sr. Coronel, à maior parte das perguntas com que foi confrontado, e desde já agradeço a sua disponibilidade e as respostas, respondeu: «Não sei, é especulativo». Não especulou ou deu a sua opinião, porque não presenciou, não sabe, não conhece. É normal.

Só houve uma pequena parte do seu depoimento em que fiquei com a ideia, mas não sei se registei bem, de que no seu percurso militar foi oficial de dia e foi-o nas instalações do Paiol Nacional de Tancos. É isso?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não, Sr. Deputado. Não fui oficial de dia nas instalações do paiol de Tancos, fui oficial de dia na Escola Prática de Engenharia e, na altura, a Escola Prática de Engenharia garantia o serviço e tinha a guarda dos paióis de Tancos.

Portanto, competia-me, nas minhas funções de oficial de dia, passar pelos paióis de Tancos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Teve responsabilidade nesse período. Que período foi esse?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Foi na década de 1990.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E as condições objetivas eram...? Pode descrever-nos como é que, nessa altura, era feita a segurança no Paiol Nacional de Tancos.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Havia o pessoal de guarda, que estava escalado, nos paióis. Faziam as suas rondas e verificavam os paióis.

Inclusivamente, depois, competia-me também a mim, na verificação que fazia, passar, fazer ronda nos próprios paióis.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Com oito efetivos?!

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Tinha oito efetivos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Eram oito efetivos a fazer a ronda naquelas instalações.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Tinha oito efetivos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Com certeza que a degradação das instalações não seria a que existia agora. Percebo. Já não é a primeira declaração que aqui é feita de que efetivamente o Paiol Nacional de Tancos, à altura em que foi construído, nas décadas de 1980, 1990, provavelmente estaria, do ponto de vista tecnológico, muito mais apetrechado e em condições de segurança. Ainda assim, qual é a avaliação que faz relativamente aos recursos humanos alocados. Isto é: os oito militares eram suficientes, tendo em conta a área que estava sob a sua responsabilidade, no fundo?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Era um efetivo que conseguia, com esforço, naturalmente, de quem o fazia, realizar o serviço julgo que com eficácia.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nessa altura tinha videovigilância e meios de deteção, nomeadamente os sensores? Ou ainda não?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Tinha.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Estavam operacionais, portanto?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Estavam.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Face à degradação desses elementos e colocando-se num cenário em que não os tinha, como é que se pode compreender que se mantiveram os oito elementos, ou seja, os recursos humanos, quando os outros materiais ou elementos dissuasores do ponto de vista físico estavam degradados? Consegue explicar-nos como é que é possível?

Já agora, faço-lhe uma segunda pergunta: entende que, sem esses elementos dissuasores que tinha na década de 1990, seriam ou não necessários mais recursos humanos?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não, na altura, era possível fazer o serviço e julgo que, como lhe disse, com eficácia.

Com a degradação dos meios, depois, não lhe consigo responder, porque não sei exatamente o que foi ponderado. Isto porque houve uma altura em que a Escola Prática de Engenharia deixou de ter essa responsabilidade e, portanto, deixei de acompanhar o processo.

Não sei dizer exatamente o que foi ponderado em termos da segurança e da execução dos procedimentos relativamente aos paióis e se realmente o valor que foi encontrado é o adequado ou não. Não lhe consigo precisar isso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Perceba a minha pergunta: se na década de 1990 tínhamos videovigilância e sensores de deteção e as vedações estavam em bom estado e tínhamos oito elementos, se deixámos de ter essas três componentes físicas a funcionar, seria expectável, presumo eu, que se reforçasse a componente dos recursos humanos, para, efetivamente, aumentar o nível de segurança, para compensar os elementos que deixou de ter.

Admito que a pergunta é especulativa, mas se quiser acrescentar alguma coisa pode fazê-lo.

Vou aproveitar para requerer alguma memória da sua parte sobre como é que eram realizadas as rondas, com que frequência. Se nos puder fazer uma pequena descrição sobre o tipo de rondas, de quanto tempo demorava uma ronda a pé ou se nos puder informar sobre esse tipo de coisas, teria utilidade.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, não consigo precisar tempos. Consigo explicar-lhe mais ou menos determinados procedimentos que adotava.

Nem sempre era suposto fazer a minha ronda, pelo menos a que fazia, de viatura tática ligeira, vulgo *Jeep*. Fazia-a, mas nem sempre na totalidade na viatura. Muitas vezes fazia uma parte da ronda também a pé.

Depende, exatamente da forma como se fazia. Não lhe consigo dizer quanto tempo demorava. Podia, umas vezes, demorar muito mais do que outras.

O objetivo era procurar passar, mais ou menos, por todos os pontos. Era isso, portanto variava. É uma resposta muito... Depende daquilo que entendia na altura fazer.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Em relação à frequência das rondas, tinha alguma ideia do que era prática fazer-se nessa altura?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Eram feitas rondas, tenho este entendimento, com frequência. Mas o número exatamente ou dizer que se faziam tantas rondas... Até porque isso é uma questão que também depende muito, ou seja, é aleatória, de certa forma.

O que é importante é fazer-se, passar pelos pontos e passar lá frequentes vezes. Mas se são muitas ou poucas, isto é um dado que...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, Sr. Coronel, mas de cinco em cinco horas,...

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Mas faziam-se com muita frequência...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): —... de 10 em 10 horas, de 20 em 20 horas...

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não, não estamos a falar desses tempos. Estamos a falar de tempos muito mais curtos e de rondas frequentes.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Concretamente?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não consigo dizer com precisão, mas consigo dizer-lhe que fazia uma ronda de dia, fazia uma ronda sempre à noite, mas quem estava na guarda fazia outras rondas também. E fazia mais rondas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — De duas em duas horas, três em três horas teríamos uma ronda a circular?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mais tempo ou menos tempo?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Menos tempo, muito provavelmente.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O que nos está a dizer, Sr. Coronel — e agradeço-lhe a resposta, porque acho que esta parte é importante —, é que da década de 1990, com os meios físicos instalados — videovigilância, sensores de deteção de movimento e barreiras físicas em condições adequadas —, teríamos, de duas em duas horas, uma ronda a circular nos Paióis Nacionais de Tancos?

É, no fundo, isto que nos está a dizer?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Deputado, é variável, mas eram rondas frequentes, portanto, não lhe consigo dizer se era uma hora e meia, duas horas, uma hora só. Havia rondas frequentes.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Eram de 20 em 20 horas?

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Não sei dizer.

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Iniciamos, assim, a segunda ronda.

Como já lhe deve ter sido explicado, na segunda ronda cada grupo parlamentar dispõe de 5 minutos para fazer perguntas e o Sr. Coronel responderá, em conjunto, a todos os grupos parlamentares.

Dou, assim, a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD e ao Sr. Deputado Leonel Costa.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sr. Coronel, questiono se tem conhecimento das obras que estavam previstas para 2016/2017 nos Paióis Nacionais de Tancos, fruto de concursos públicos prévios.

É que no *briefing* que nos foi dado, na visita que fizemos a esses paióis, fomos informados de que foram cancelados alguns desses concursos, nomeadamente aquele a que o CDS, há pouco, se estava a referir, de reconstrução da vedação periférica exterior, no valor de 388 680 €

Pergunto se tem conhecimento e se sabe, se tem alguma indicação dos seus superiores hierárquicos, porque acredito — como está responsável pela segurança e vigilância de Tancos — que isto deva resultar de reuniões de coordenação, sobre o que se pretende para Tancos e que nos possa transmitir. Pergunto se as hierarquias, realmente, pretendem alguma coisa para Tancos ou se, simplesmente, tal como parece estar a acontecer, vai continuar um pouco ao abandono, como terra de ninguém. Pergunto também o que é que estes três homens, diariamente, estão a guardar.

Há bocado referiu que o número de efetivos, ao longo dos anos, tem vindo a ser reduzido. Pergunto-lhe se no Exército, em geral — se for do seu conhecimento —, ou então no seu Regimento, em particular, o número de efetivos continua a reduzir e, já agora, se nos puder precisar, relativamente a 2017, qual tem sido a evolução, ou não, dessa redução.

Para terminar, e ainda relacionado com esta pergunta, penso que todos damos por adquirido que alguma coisa não correu bem. Na sua opinião, isso deveu-se a falha de pessoal? Parece já ser comumente aceite por todos que

havia falta de pessoal, mas deveu-se a outra falta de meios, deveu-se a eventual inadequação das normas ou diretivas ou foi uma simples violação dessas normas?

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Dou agora a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e ao Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, queria realçar a importância da sua vinda aqui. Há um antes e um depois dos acontecimentos de Tancos e o Sr. Coronel foi o «senhor que se seguiu» e é importante pôr-lhe esta questão: cumpriu-se, ao menos, o ditado popular, que «depois de casa arrombada, trancas à porta»?

Isto é, os investimentos que estavam previstos, designadamente na área da segurança, em várias instalações militares, foram concretizados ou não foram concretizados?

Valorizo pouco a questão dos paióis de Tancos, porque sabemos que o material foi todo transferido para outros lados, o que quer dizer que os paióis foram, pura e simplesmente, desativados.

Quanto à questão dos 44 efetivos, na década de 1990, ficámos hoje aqui a saber, pela voz do Sr. Coronel, que eram apenas oito. Cai, assim, por terra, uma certa teoria que aqui se ia criando e a verdade acabou por vir ao de cima.

Queria também acentuar a teoria, que tenho desde o início dos trabalhos desta Comissão, de que havia uma desvalorização nítida da ameaça a Tancos, desde o praça que fazia as rondas à chefia militar mais graduada. Isto parece-me claro e nítido. É que se o nível de ameaça fosse levado a sério, a transferência do material militar para outros paióis, que ocorreu depois do furto, podia ter acontecido noutra situação qualquer.

Sr. Coronel, qual foi, na sua opinião — a sua opinião para nós é importante —, o objetivo do roubo, tendo em conta a natureza do material existente nos paióis 14 e 15?

Já agora, um dos Comandantes da Unidade, que aqui foram ouvidos, afirmou que achava que o objetivo dos ladrões eram as munições de 9 mm. Haverá hipótese de relacionar Tancos com o roubo das *Glock* na PSP (Polícia de Segurança Pública)?

«Tancos era uma missão secundária para os paraquedistas, a nossa missão prioritária era outra». Isto foi dito pelo Sr. Ex-Comandante do Regimento de Paraquedistas. Isto não é o reforço da ideia de que Tancos era uma «terra de ninguém», com quase todos os comandantes a dizerem, «não referia Tancos no meu relatório de posse de comando, porquanto a Unidade não me pertencia»? Isto é, aquilo era como que uma Unidade enjeitada. Iam lá cumprir a obrigação de fazer as rondas e, por isso mesmo, era levado pouco a sério.

Não haver unidade de comando na execução de missões de segurança em Tancos, quatro Unidades em turnos mensais, poderia fazer diminuir a eficácia dessa missão?

A par das responsabilidades políticas, e antes delas, no seu entender há também responsabilidades militares?

Considera justificável, à luz das declarações públicas do ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte, a exoneração, suspensão e, depois, reintegração dos Comandantes das Unidade envolvidas?

Finalmente, o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército afirmou, na Comissão de Defesa, nesta Assembleia, que houve falhas de toda a hierarquia. Concorda? Em que medida?

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Tem agora a palavra o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda pelo Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, era só para comunicar que, da parte do Bloco de Esquerda, não temos mais perguntas a fazer, até porque, na nossa opinião, a audição do Sr. Coronel seria desnecessária.

Naturalmente outro partido requereu esta audição e nós apoiamos sempre o pedido de audição de todas as entidades ou personalidades, apresentado por qualquer partido.

Aproveito para agradecer ao Sr. Coronel as respostas às questões que lhe coloquei há pouco e todas as outras que transmitiu a esta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Tem, agora, a palavra o Grupo Parlamentar do CDS-PP e o Sr. Deputado **Álvaro Castello-Branco**.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Coronel, queria voltar à questão, que há bocado referi, dos números.

Há pouco, quando o Sr. Coronel referiu que não tem conhecimento desses números, eu referia-me ao preço das obras que era necessário fazer, em Santa Margarida e em Tancos. Disse-lhe que tinha conhecimento dos números e os números não são meus, Sr. Coronel, os números são do Exército.

Tenho aqui esses quadros, que nos foram entregues aquando da visita da Comissão Parlamentar de Inquérito a Tancos, com os preços das obras que já estão executadas, as que estão em execução e as que vão entrar em execução.

Vou-lhe dar aqui alguns exemplos, Sr. Coronel. Por exemplo, a vedação periférica dos paióis em Santa Margarida tem um valor de 484 000

€e a reconstrução da vedação periférica exterior do perímetro Norte, Sul e Este dos paíóis nacionais de Tancos, tem o custo de 388 000 €

Outro exemplo: a estabilização de taludes, drenagens e rede viária em Santa Margarida tem um custo de 1 230 000 €e, como sabe, em Tancos, essa estabilização está feita — e é até muito elogiada essa estabilização dos taludes — e, neste caso, o investimento é, exatamente, zero, o que contrasta com 1 230 000 € do ponto de vista da intervenção que tem de ser feita em Santa Margarida.

Portanto, Sr. Coronel, teria o à-vontade, se o Sr. Presidente me autorizasse, de lhe fazer chegar estes quadros, com estes números.

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Pode fazer chegar à Mesa e nós entregamos ao Sr. Coronel.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Peço ao Sr. Coronel que, uma vez na posse destes...

Vozes impercetíveis.

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Sr. Deputado, podemos parar o tempo, só para precisar algo: nós precisamos deste documento que foi entregue ao Sr. Coronel para o nosso arquivo, para ficar em ata.

É só uma questão de metodologia, Sr. Deputado.

Faça favor de continuar.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Coronel, tendo-lhe feito chegar estes quadros, pedia-lhe que, olhando para esses números, analisasse tecnicamente, empreitada a empreitada, chegando aos valores finais. E, uma vez documentado com esses números — que são do Exército,

não são nossos —, pedia-lhe que nos desse a sua opinião técnica sobre os mesmos e sobre essas previsibilidades de despesa.

Isto, Sr. Coronel, para lhe dizer, muito sinceramente, que, para o CDS, a menos que o Sr. Coronel nos explique, se for possível, a racionalidade da decisão que foi tomada, a conclusão óbvia é aquela que, há pouco, referi: que estamos perante uma decisão meramente política do Governo, tentando apagar o que aconteceu e evitar que se volte a falar na palavra Tancos. É, obviamente, uma decisão política que tem um preço, é uma decisão política que onera em quatro milhões de euros os contribuintes portugueses.

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Tem agora a palavra o Grupo Parlamentar do PCP pelo Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, esta discussão ultrapassa-o, mas não consigo deixar de fazer uma referência. Se a opção do Governo português fosse deixar o material militar continuar naquelas instalações de Tancos, teríamos, hoje, o CDS a dizer que o Governo seria irresponsável por ter deixado o material militar numa instalação com fragilidades de segurança brutais. O que é óbvio...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sem as obras, não!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O que, obviamente, aconteceu foi que, preventivamente — e bem! —, se retirou o material que estava alocado ao Paiol Nacional de Tancos e se transferiu para outros locais.

Tanto quanto sei, não há uma decisão definitiva de encerrar Tancos. Portanto, não há uma decisão relativamente à gestão dos paióis. Essa é uma outra discussão, que pouco interessa para esta audição, na minha opinião.

Sr. Coronel, faça-lhe só uma pergunta, cuja resposta nos pode ajudar, relativamente ao controlo de execução no que respeita às rondas. Havia algum tipo de mecanismo de controlo de execução, de registo das mesmas? Na sua experiência, como é que eram feitas?

Acho que é a primeira pessoa que cá está que efetivamente fez uma ronda no Paiol Nacional de Tancos e que tem a experiência do terreno.

Portanto, queria perguntar-lhe — até porque já foi útil nessa parte, já nos deu nota da dificuldade, da prática que tinha —, quanto ao registo de execução das rondas, como é que era, no seu tempo, esse mesmo registo. Era possível, do ponto de vista do superior hierárquico, confirmar a realização das mesmas? Quem é que, no fundo, fiscalizava a frequência das rondas que eram feitas no Paiol Nacional de Tancos?

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Damos, assim, por concluída esta segunda ronda.

Tem a palavra, para responder a todas estas questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados, o Sr. Coronel Leonel Martins.

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Sr. Presidente, vou então começar pelas obras de 2016/2017.

Como tinha dito há pouco, como não estava, nesta altura, no Exército, não tenho noção do que era, exatamente, o planeamento das obras de 2016 e 2017. Não tenho essa noção, do que estava previsto em termos de obras e o que era, exatamente, feito.

O facto de ser de engenharia militar não significa que tenha sempre conhecimento de todo o processo do que está em obras. Neste momento, no Regimento, não trabalho exatamente na direção de infraestruturas, não sei o que está previsto, em termos genéricos, para o Exército relativamente às obras.

Em relação ao que se pretendia fazer em Tancos, desconheço qual o cronograma, em termos de execução do projeto. Desconheço qual era este cronograma. A única coisa que sei é que havia, e ainda hoje existem, fases e uma que é logo evidente é a construção da vedação, que fazia parte dessa obra. Portanto, a primeira fase foi a construção de uma vedação lateral do próprio paiol.

É uma realidade, hoje em dia, que os paióis foram esvaziados, contudo, existem instalações, existe um espaço que necessita que alguém lá esteja, que alguém cuide dele e que alguém o guarde. Daí a razão de, neste momento, mantermos um efetivo, exatamente com este objetivo de guardar as instalações. Elas existem, elas estão lá, apesar de, neste momento, não estarem a desempenhar a sua função principal, que era a de serem um paiol.

No entanto, estão lá as infraestruturas, que necessitam não de ser exatamente cuidadas, mas, pelo menos, de ser minimamente mantidas e guardadas. É esta a razão para existir este efetivo, que foi reduzido, com esse propósito de ir cuidando das instalações que lá estão. Senão, não havia outra hipótese que não o abandono, o que não pode ser.

Quanto aos efetivos, pelo que percebi, a pergunta era no sentido de saber se há, realmente, uma redução de efetivos e se isso tem acontecido. Sim, tem acontecido, há uma tendência para a redução de efetivos.

No meu Regimento, tenho uma situação muito específica, que é a de a maioria do recrutamento ser de pessoal do Norte, que, ao fim de um tanto tempo de renovação do seu contrato, tem a possibilidade de regressar a uma unidade mais próxima de casa.

O que é que acontece? Acontece que, após serem colocados militares no meu Regimento e após um determinado período, eles renovam o contrato e são colocados mais próximo de casa. Portanto, no meu Regimento, a tendência é a de haver sempre pessoas a sair para o Norte, porque é exatamente a fonte de recrutamento que tenho no meu Regimento.

Não é exatamente no Centro que tenho a minha fonte de recrutamento, porque não são muitos aqueles que vivem naquela área e que preferem cumprir o seu serviço militar naquela área. Portanto, vivo este drama de as pessoas regressarem continuamente para próximo das suas casas, no Norte.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E bem!

O Sr. Cor. Eng. **Leonel José Mendes Martins**: — Como tal, se eu não tiver um «recompletamento», ou seja, a compensação em termos de efetivos, a tendência é exatamente para a redução do efetivo.

Quando comparo os números, quase que lhe afirmo, assim, em termos práticos, que, desde que tomei posse — hoje faz três meses desde que tomei posse —, tenho uma redução média de seis praças por mês. Isto é algo que, neste momento, de certa forma, me preocupa. Portanto, é com esta situação que também temos de lidar, mas isto acontece...

Por outro lado, pode perguntar-me que implicações é que isto tem. Implicações, implicações... Tenho todas as minhas missões, muitas delas a acontecer no dia a dia e em contínuo, as chamadas «frentes de trabalho», o que significa que tenho equipamento em apoio de autarquias para beneficiação de caminhos ou reparação de estradas florestais.

Estas são prioridades que pretendo manter sempre, a todo o custo, mas, no meu dia a dia, tenho sempre de fazer esta conta e estabelecer também as minhas prioridades para conseguir manter isto. A realidade é que a tendência é exatamente para uma redução do efetivo.

Perguntou-me também se algo correu bem ou não correu bem e, de certa forma, acabo por repetir aquilo que, provavelmente, os Srs. Deputados já ouviram. Quer dizer, há procedimentos que não foram cumpridos, há questões que, provavelmente, não foram feitas exatamente conforme estava previsto e isso leva a que as coisas não corram bem, e não correram bem.

O que lhe digo é que não vivi exatamente o contexto em que tudo aconteceu. Portanto, há aspetos que também sei por ter ouvido ou por ter lido, mas, provavelmente, é o que os Srs. Deputados também já ouviram que aconteceu.

Agora, há aspetos que apontam para o facto de isto tudo ser uma realidade desta redução do efetivo, portanto esta é a minha gestão, sempre a pensar que... Ou tenho de ajustar as minhas prioridades, por forma a ir cumprindo as tarefas que me são atribuídas e não descuidando determinados aspetos, sendo um deles a segurança. Esta é outra atenção que tenho de ter, apesar de ir acontecendo esta redução do efetivo, mas são essas as preocupações do dia a dia.

Sr. Deputado, relativamente à expressão «casa roubada, trancas à porta», posso-lhe dizer que, neste momento, foi feito um esforço, não exatamente nos paióis, mas no meu próprio Regimento, para a instalação de um sistema de videovigilância. Portanto, não foi exatamente nos paióis, mas o meu Regimento acabou por também estar incluído no processo do SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica) e, neste momento, foi feito um investimento no meu Regimento relativamente a esse sistema de videovigilância, de certa forma.

Posso-lhe dizer que ajudou muito. É um complemento muito válido em termos da segurança da própria unidade e ajudou-me muito. Há mais um sistema complementar, portanto, consegue-se uma redundância de meios relativamente à segurança dos homens que estão afetos à própria segurança da unidade e isso tem efeitos. Na verdade, há algo que mudou, e mudou para melhor. Em relação à situação dos paióis, fazemos o serviço, mas não está exatamente nada beneficiado.

Depois, relativamente à desvalorização da ameaça ou não desvalorização da ameaça, não consigo colocar a questão em termos de desvalorização ou não da ameaça, ou da própria perceção da ameaça.

A questão é que há procedimentos de segurança que temos de ter e há normas que temos de seguir. Não podemos dizer exatamente: «A ameaça hoje é esta e naquele dia será aquela», até porque, naturalmente, isso está regulamentado no Exército, quando há a perceção de ameaça ou quando há um acontecimento que obrigue a alterar estados de segurança nas próprias unidades.

Portanto, isto é algo que é visto a nível nacional. Agora, a perceção do militar que faz a sua própria segurança não é colocada nestes termos, tem de ser colocada ao seu nível, procurando seguir os procedimentos da melhor forma possível, com atenção. É exatamente esta a forma de fazer as coisas, não é olhar e dizer: «Não, provavelmente, não há uma ameaça que seja evidente para tomarmos mais ou menos atenção.» Não me parece que haja esta nítida perceção ou desvalorização da ameaça.

Não lhe consigo dizer o objetivo do roubo. Não consigo dizer isso. O facto é que as munições de 9 mm que foram roubadas podem ser usadas em armas que usem munições de 9 mm. Portanto, isto é um facto inegável: as munições podem ser usadas naquela arma. Agora, relacionar as coisas e dizer exatamente qual foi o objetivo... Não consigo relacionar as coisas dessa forma.

Não comento a frase que o Sr. Deputado ouviu sobre esta ser uma missão secundária para os paraquedistas. Desconheço exatamente o que está na base desta afirmação.

A única coisa que posso dizer é que, para mim, não é uma missão secundária, é mais uma tarefa que tenho de fazer dentro da missão da minha unidade. Portanto, não há propriamente uma tarefa principal e uma tarefa secundária.

A minha preocupação é exatamente a de perceber que, se não consigo fazer aquelas tarefas todas que tenho de realizar ao mesmo tempo, tenho de estabelecer prioridades. Agora, se as tenho de fazer, elas, à partida, serão

todas fundamentais, porque foram as que me atribuíram. Não consigo comentar e não sei exatamente o que é que está por detrás deste comentário.

Quanto a isso não ser referido no relatório de posse de comando, foi por aquilo que eu disse há pouco. Eu também não referi exatamente os Paióis Nacionais de Tancos como uma infraestrutura do Regimento de Engenharia n.º 1, ou seja, apenas referi aquelas infraestruturas que são responsabilidade do próprio Regimento, não aquelas que não são responsabilidade do Regimento.

Alguém que tem a responsabilidade da infraestrutura irá referir isso no seu relatório de posse de comando, naturalmente, e será da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.

Quanto ao facto de haver esta rotatividade nas unidades e de isto poder ser uma limitação relativamente à segurança, não tenho dados que me permitam dizer isso, até porque só neste momento é que estou a viver o acontecimento.

Estou a viver, neste momento, essa rotatividade com as outras unidades do polígono de Tancos e, para já, as coisas têm decorrido de forma natural. Portanto, não consigo dizer que tenha havido alguma questão que possa ser potenciadora de uma limitação. Não lhe consigo dizer objetivamente que assim seja.

Julgo que houve uma questão relativamente à exoneração dos próprios militares, no sentido de saber se ela foi justa ou se não foi justa. Acho que só os próprios é que poderão dizer aquilo que sentiram pelo facto de terem sido exonerados. É algo que eu também só conseguirei dizer vivendo o acontecimento e estando perante a situação. Julgo que só mesmo os próprios é que conseguem fazer essa avaliação da justeza ou não daquilo que aconteceu.

Não consigo dizer exatamente se houve falhas de toda a hierarquia, porque desconheço exatamente os procedimentos e as ordens e orientações

que foram dadas relativamente a este caso, na altura. Por isso, não consigo dizer exatamente se houve falhas de toda a hierarquia. Só vivendo o acontecimento, percebendo exatamente qual era o fluxo da informação e quais foram as orientações e as decisões tomadas, é que é possível, eventualmente, ter uma noção da falha de toda a hierarquia. Não consigo responder a essa pergunta sobre as falhas de toda a hierarquia.

Sr. Deputado Santinho Pacheco, penso que respondi a todas as questões.

Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco, quanto aos números, também os vi, a questão é que eu vejo os números totais relativamente a uma obra. Estes números totais implicam custos parcelares e implicam que um projeto... Uma coisa é o valor final do projeto, outra coisa é tudo aquilo que contribui para chegar a apurar aquele valor final do projeto. E isso é importante, porque dá o detalhe de tudo aquilo que é feito para dar aquele valor final.

O facto de olhar para aqui, de ver os nomes genéricos e de ter um valor total, não significa que esteja exatamente tudo coberto relativamente às obras nos paióis. Por isso é que lhe digo que não sei responder com exatidão se isto é verdadeiramente o que falta fazer, se é mais, se é menos.

Não consigo, porque não conheço todos os valores parcelares e todas as obras parcelares que concorrem para este valor total. Isto implica muitas reparações, remodelações, às vezes, até, implica a instalação de estruturas novas exatamente para se chegar a um determinado valor.

Não sei exatamente o que é que está aqui em detalhe. Desconheço. Por isso é que quando respondi que não sabia era exatamente porque desconheço. Sei este valor total.

Sr. Deputado, também vi estes valores e também estava lá na visita que os Srs. Deputados fizeram a Tancos. Tenho conhecimento destes valores, mas não tenho conhecimento dos valores que estão na sua base. Por

isso é que lhe digo que não consigo exatamente dizer se uma solução é melhor, se aqui há alguma coisa que é melhor do que a outra...

Em termos de obras, em termos de projeto, não consigo comparar exatamente estes custos e estes valores e dizer se uma solução é melhor do que a outra. Não consigo exatamente chegar, com precisão, a essa resposta.

Relativamente às rondas, quando disse aqui que fazia as minhas, elas também tinham por objetivo exatamente controlar as outras rondas. Não fazia o serviço dentro dos paióis, fazia-o na Unidade que tinha a responsabilidade dos paióis.

O facto de ir aos paióis era exatamente uma outra forma de verificação e supervisão que o comandante delegava em mim, sendo oficial de dia, ou seja, de eu próprio supervisionar o que se fazia dentro dos paióis. Por isso era uma forma de também verificar o que se fazia: se faziam rondas, se não as faziam.

O facto de ir ao local e verificar no local e de eu próprio também fazer a minha ronda permitia verificar isso, tanto que eu não anotava os locais a que ia. Ia supervisionar e fazer também a minha ronda.

Essa era também uma forma de verificar o serviço que estava a ser feito.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Srs. Deputados, o Sr. Coronel já respondeu a todas as questões que lhe foram colocadas.

Não havendo inscrições de Deputados para uma terceira ronda, resta-me agradecer aos Srs. Deputados e ao Sr. Coronel o auxílio que nos deu com as suas respostas para o esclarecimento de todos nós.

Cumprimento os Srs. Assessores e a Imprensa e informo que a próxima reunião será na quarta-feira, dia 30, às 17 horas para ouvirmos o Sr. Tenente-Coronel David Teixeira Correia.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 17 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.